

AUTORA: JULIA VIANA

INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO – UFMA

O IMPACTO DA INFLAÇÃO NO PODER DE COMPRA DAS FAMÍLIAS MARANHENSES: UMA ANÁLISE DO PERÍODO 2024-2025.

THE IMPACT OF INFLATION ON THE PURCHASING POWER OF FAMILIES IN MARANHÃO: AN ANALYSIS OF THE 2024-2025 PERIOD.

1. INTRODUÇÃO

A dinâmica econômica recente do Maranhão apresenta um contraste entre o crescimento da renda e a elevação do custo de vida. Entre 2022 e 2024, o estado registrou crescimento de 20,2% no rendimento domiciliar per capita, alcançando R\$ 1.078,00. Apesar desse avanço, o Maranhão permaneceu com o menor rendimento per capita do país, demonstrando que o aumento da renda não necessariamente resulta em melhoria proporcional das condições de vida.

Nesse contexto, a inflação assume importância na análise do poder de compra das famílias. Em 2024, São Luís registrou inflação acumulada de 6,51%, a maior entre as capitais brasileiras, acima da média nacional de 4,83%. A elevação dos preços de bens e serviços essenciais tende a afetar principalmente as famílias de menor renda, que possuem menor capacidade de absorver aumentos no custo de vida.

Diante disso, este trabalho tem como objetivo analisar os determinantes da inflação em São Luís nos anos de 2024 e 2025, identificando a participação de pressões de demanda e de choques de custos, bem como seus efeitos sobre o poder de compra e a vulnerabilidade financeira das famílias maranhenses.

2. REFERENCIAL TEÓRICO: PERSPECTIVAS SOBRE A INFLAÇÃO

A inflação pode ser explicada por diferentes perspectivas teóricas. O Novo Consenso Macroeconômico (NCM), associado ao Regime de Metas de Inflação (RMI), enfatiza as pressões de demanda. Quando a demanda agregada supera a capacidade de oferta da economia, aumentam as pressões sobre os preços. Nesse contexto, a política monetária, principalmente por meio da taxa Selic, busca reduzir a demanda e manter as expectativas de inflação ancoradas.

A abordagem Pós-Keynesiana, por outro lado, compreende a inflação como um fenômeno multicausal, destacando fatores relacionados aos custos de produção, choques de oferta, estrutura de mercado e conflitos distributivos. Aumentos nos preços de alimentos, energia, insumos e transporte podem gerar inflação mesmo sem excesso de demanda. Além disso, a elevação de bens essenciais afeta de maneira mais intensa as famílias de menor renda, reduzindo sua renda real.

Essa abordagem também permite relacionar inflação e vulnerabilidade financeira. A partir da Hipótese da Fragilidade Financeira de Hyman Minsky, o crédito pode ser utilizado pelas

famílias não apenas para investimentos ou aquisição de bens, mas também para manter o consumo diante da insuficiência da renda. Entretanto, o aumento do endividamento compromete a renda futura e amplia a exposição das famílias a novos aumentos de preços e juros.

Assim, a articulação entre essas perspectivas permite compreender a inflação não apenas como resultado de pressões de demanda, mas também como consequência de choques de custos e como fator capaz de ampliar o endividamento e a fragilidade financeira das famílias.

3. DESENVOLVIMENTO E DISCUSSÃO

3.1 Determinantes da Inflação em São Luís (2024–2025)

A inflação observada em São Luís nos anos de 2024 e 2025 apresenta características compatíveis com a importância dos fatores de custos. Em 2024, a capital registrou inflação acumulada de 6,51%, a maior entre as capitais brasileiras. O grupo Alimentação e Bebidas apresentaram aumento de 8,89%, com destaque para o café moído, cujo preço cresceu 42,51%. Esses resultados podem estar relacionados a fatores como condições climáticas, redução da oferta, custos de transporte e aumento dos preços dos insumos.

Os choques sobre os alimentos possuem efeitos particularmente relevantes para as famílias de menor renda, pois esses produtos representam parcela significativa de seus gastos. Dessa forma, aumentos nos preços dos alimentos reduzem diretamente a renda real disponível para outras despesas.

Em 2025, as pressões inflacionárias apresentaram mudança em sua composição. Em setembro, São Luís registrou inflação mensal de 1,02%, a maior entre as capitais, fortemente influenciada pelo aumento de 27,3% na energia elétrica residencial. O resultado evidencia a importância dos preços administrados na dinâmica inflacionária local.

Esses episódios também demonstram limites da política monetária. Embora a elevação da Selic possa reduzir a demanda e contribuir para controlar as expectativas de inflação, sua capacidade de combater diretamente choques relacionados à oferta de alimentos, custos logísticos e reajustes tarifários é limitada. Portanto, a inflação observada em São Luís reforça a necessidade de considerar fatores de custos em sua explicação.

3.2 Renda, Desigualdade e o Paradoxo Maranhense

O crescimento da renda deve ser analisado conjuntamente com a evolução dos preços. Embora o Maranhão tenha apresentado aumento de 20,2% no rendimento domiciliar per capita entre 2022 e 2024, alcançando R\$ 1.078,00, esse valor permaneceu como o menor entre os estados brasileiros.

Além disso, a desigualdade de renda faz com que os efeitos da inflação sejam diferentes entre os grupos sociais. Famílias de menor rendimento destinam uma parcela maior de seus

recursos à alimentação, habitação, energia e outros itens essenciais. Assim, quando esses preços aumentam, a perda de poder de compra tende a ser proporcionalmente maior para esses grupos.

Dessa forma, existe um paradoxo entre o crescimento relativo da renda e a permanência da vulnerabilidade econômica. O aumento da renda média não garante, por si só, melhoria das condições de vida quando ocorre simultaneamente uma elevação significativa dos preços essenciais. Por isso, a análise do poder de compra deve considerar não apenas a renda, mas também a inflação e sua distribuição entre os diferentes grupos de consumidores.

3.3 Endividamento e Vulnerabilidade Financeira

A redução do poder de compra também pode estimular o endividamento das famílias. No Maranhão, dados do primeiro semestre de 2023 indicavam que 73,4% das famílias estavam endividadas e que 30,6% da renda mensal estava comprometida com dívidas. O cartão de crédito destacava-se entre as principais modalidades, inclusive para despesas essenciais.

Nesse contexto, o crédito pode funcionar como mecanismo de compensação diante da insuficiência da renda. Entretanto, o aumento das dívidas compromete a renda futura e pode ampliar a vulnerabilidade financeira das famílias. Essa dinâmica pode ser relacionada à perspectiva Pós-Keynesiana e à Hipótese da Fragilidade Financeira de Minsky.

Assim, estabelece-se uma relação entre inflação e endividamento: o aumento dos preços reduz a renda real, a insuficiência da renda estimula o uso do crédito e o crescimento das dívidas compromete parte da renda futura. Esse processo pode intensificar a fragilidade financeira das famílias, principalmente entre aquelas com menor capacidade de absorver choques econômicos.

4. CONCLUSÃO

Os resultados analisados evidenciam que a inflação em São Luís, durante 2024 e 2025, esteve associada principalmente a fatores relacionados à oferta e à elevação dos custos de produtos e serviços essenciais. O aumento dos preços dos alimentos em 2024 e da energia elétrica em 2025 demonstra que diferentes componentes do custo de vida contribuíram para pressionar a inflação no período, afetando diretamente o orçamento das famílias.

Apesar do crescimento do rendimento domiciliar per capita no Maranhão, a combinação entre o baixo nível de renda, a desigualdade social e a elevação dos preços reduziu os efeitos positivos desse crescimento sobre o poder de compra. As famílias de menor renda foram particularmente afetadas, uma vez que destinam parcela maior de seus recursos à aquisição de bens e serviços essenciais. Nesse contexto, a utilização do crédito para compensar a perda de renda disponível também pode aumentar o endividamento e a vulnerabilidade financeira.

Dessa forma, os resultados mostram que o controle da inflação deve considerar não apenas os instrumentos de política monetária, mas também as condições de oferta e os custos que afetam diretamente o consumo das famílias. Medidas relacionadas à segurança alimentar, ao acompanhamento dos preços essenciais e à redução dos impactos de aumentos de custos podem contribuir para preservar o poder de compra e melhorar as condições econômicas das famílias maranhenses.

5. REFERÊNCIAS

BANCO DO NORDESTE. IPCA Nordeste em março/2026: inflação moderada e impactos setoriais específicos. Fortaleza: ETENE, ano 2, n. 45, abr. 2026.

CENTOFANTI BOTELHO, Amanda M. Teoria e política da inflação: a crítica pós-keynesiana ao novo consenso macroeconômico. Campinas: UNICAMP, 2016.

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Análise da pesquisa nacional de preços da cesta básica de alimentos: todas as capitais, julho de 2025. São Paulo: DIEESE, 2025.

GAPE/UFMA – Grupo de Análise e Pesquisa Econômica. Endividamento das famílias no Maranhão. São Luís: GAPE/UFMA, 5 ago. 2023.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IPCA: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo. Rio de Janeiro: IBGE, 2024-2025.

IMESC – INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS. Boletim de conjuntura econômica maranhense. São Luís, v. 13, n. 2, abr./jun. 2025.

PORTAL DIFUSORA. Custo de vida no MA supera salário mínimo. São Luís, mar. 2026.

SARNO, P. M.; DE MOURA, L. V. “Fintechs” e financeiras: a atuação dos não-bancos. Rio de Janeiro: IE-UFRJ, 2026.